

Agrupamento de Escolas de Alandroal

Bairro Inácio Melrinho
7250-101, Alandroal
268 44 70 10
diretor@aelandroal.edu.pt
<https://www.aelandroal.edu.pt/>

Projeto Educativo

ESCOLA, uma porta

aberta para o futuro!



Triénio 2022 / 2025

SIGLAS

AAF – ATIVIDADES DE APOIO À FAMÍLIA

AEA – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALANDROAL

C.G – CONSELHO GERAL

C.P – CONSELHO PEDAGÓGICO

CFAE – CENTRO DE FORMAÇÃO DE AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS

DAC- DOMÍNIOS DE AUTONOMIA CURRICULAR

EE- ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

EECE – ESTRATÉGIA DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DA ESCOLA

EMAEI- EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ENEC – ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

OQE – OBSERVATÓRIO DE QUALIDADE DA ESCOLA

PAA – PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

PADDE- PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DIGITAL DE ESCOLA

PE- PROJETO EDUCATIVO

PM – PLANO DE MELHORIA

PPA- PLANO PLURIANUAL DE ATIVIDADES

RBE – REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

RCM – RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS

RI – REGULAMENTO INTERNO

SS – SEGURANÇA SOCIAL

UAM – UNIDADE DE APOIO À MULTIDIFICIÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a legislação de enquadramento, artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, o Projeto Educativo é «o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa». O Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, introduz alterações ao Decreto-Lei n.º 75/2008, nomeadamente quando incorpora o artigo 9.º A – Integração dos instrumentos de gestão. De acordo com a nova redação, os instrumentos de gestão, RI, PEA, PAPA, constituem “documentos diferenciados” e “obedecem a uma lógica de integração e de articulação, tendo em vista a coerência, a eficácia e a qualidade do serviço prestado”. Relativamente ao Projeto Educativo, refere: “que constitui um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva”.

A alteração legislativa de 2018, o Decreto – Lei nº 54/2018, o Decreto – Lei nº 55/2018 e o Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória propõem a alteração e a diversificação de práticas pedagógicas, verificando-se que o trabalho colaborativo e a aprendizagem entre pares são dimensões relevantes.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, “estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (n.º 1 do Art.º 1.º).

O Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho, define “os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória”.

O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, 26 de julho, afirma-se como o referencial para as resoluções a adotar por decisores e atores educativos ao nível dos estabelecimentos de educação e ensino e dos organismos responsáveis pelas políticas educativas, constituindo-se como matriz comum para todas as escolas e ofertas educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, no planeamento, na realização e na avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.

As Aprendizagens Essenciais, AE, são a base comum de referência para a aprendizagem de todos os alunos. elencam os conhecimentos, as capacidades e as atitudes a desenvolver, conducentes ao

desenvolvimento das competências inscritas no PE, no quadro de um processo de promoção da autonomia e flexibilidade curricular, preconizada pelo Decreto-Lei nº 55 / 2018.

O Plano de Ação para a Transição Digital, aprovado através da RCM n.º 30/2020 de 21 de abril, reflete a estratégia definida para a transição digital e condensa a visão neste domínio, materializada numa estrutura que contempla três principais pilares de atuação: **Pilar I** - Capacitação e inclusão digital das pessoas; **Pilar II** - Transformação digital do tecido empresarial; **Pilar III** - Digitalização do Estado, bem como uma dimensão adicional de catalisação que cria as condições de base para uma acelerada digitalização do País, ([In digital.dge.mec.pt](http://digital.dge.mec.pt)). A par da distribuição de equipamentos e banda larga a alunos e professores, este programa contempla uma forte aposta no desenvolvimento das competências digitais dos professores e dos alunos, adequando as práticas letivas ao atual contexto social. Integra o Plano de Capacitação Digital Docente onde os docentes / educadores do AEA estão inscritos num conjunto de ações de formação, a partir do CFAE – Margua, de modo a melhorar / aprofundar os seus conhecimentos e competências na aplicação do digital. ([in https://www.dge.mec.pt/pcdd/index.html](https://www.dge.mec.pt/pcdd/index.html))

Esta mudança é operacionalizada no Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital da Escola, PADDE, documento onde estão definidas as ações a desenvolver no âmbito digital de forma a contribuir para a construção de uma prática educativa inovadora, pautada pela reflexão, partilha e cooperação, num compromisso com uma educação de qualidade, colocando o aluno no centro do processo de ensino – aprendizagem.

Para a área da educação, foi ainda produzida a Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania (ENEC), despacho nº 6173/2016, de 10 de maio). A ENEC constitui-se como um documento de referência e foi implementado, a partir do ano letivo de 2017/2018, nas escolas em convergência com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com as Aprendizagens Essenciais.

Os Princípios, as Áreas de Competência e os Valores definidos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) confluem para a formação do indivíduo como cidadão participativo, iniciando o caminho do exercício da cidadania ao longo da vida.

A Estratégia de Educação para a Cidadania na Escola (EECE), surge como um instrumento fundamental para orientar o trabalho a desenvolver no agrupamento, com o objetivo de concretizar os desafios da (ENEC) e constitui-se como um documento estruturante, transversal, no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, socialmente responsável, democrática e feliz. Esse contributo, que visa a qualificação individual e a cidadania democrática, traduz-se na apropriação efetiva de conhecimentos, capacidades e atitudes, desenvolvendo as competências que permitam aos alunos prosseguir, com sucesso, a sua formação académica, no sentido de contribuir para uma sociedade equilibrada. Pretende-se, de facto, promover a formação de cidadãos autónomos, adaptáveis, com sentido crítico e atitudes de cidadania.

Estes são os documentos base na construção deste PE, plano estratégico para o desenvolvimento de uma organização escolar, no quadro da operacionalização do modelo de gestão e autonomia das escolas e que dará prioridade a um modelo educativo baseado na inovação, criatividade, dinâmico na relação ativa entre professores e alunos, envolvendo toda a comunidade na transmissão de conhecimento e no desenvolvimento de competências para um futuro de sucesso das crianças e jovens do Agrupamento.

Para definir os princípios, os valores, as metas e as estratégias a que o AEA se compromete desenvolver para os próximos anos, considerou-se o historial das escolas de pertença do Agrupamento, o meio socioeconómico em que estão inseridas, o corpo docente e demais características da comunidade escolar, as atas dos diferentes órgãos de gestão (estruturas de topo e intermédias), os resultados das avaliações internas e externas e as diferentes avaliações e reflexões internas (CG, CP, EMAEI, PAA e OQE), ao longo dos anos da sua execução.

Este PE baseou-se na reflexão assente nos contributos da comunidade educativa, na análise da informação recolhida através dos documentos referenciados e foram retomados alguns aspetos do Projeto Educativo anterior.

No processo de elaboração, a equipa de trabalho procurou traduzir a visão da comunidade educativa para o Agrupamento, permitindo a integração e articulação entre os vários instrumentos de gestão, aspeto para que aponta o artigo 9º - A do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho.

A equipa de trabalho usou a seguinte metodologia:

1ª fase:

Recolha da informação através da leitura atenta de todos os documentos internos e externos nos anos de execução do PE anterior.



2ª fase:

Organização da informação e redação do contexto e do diagnóstico.



3º fase:

Elaboração do documento com base no diagnóstico, com definição dos eixos de ação, objetivos centrais, objetivos estratégicos e metas a atingir para cada objetivo central.



4ª fase:

Consulta e parecer sobre o PE aos vários órgãos intermédios, corpo não docente e demais estruturas representadas no CG.



5ª fase:

Documento final a submeter ao Conselho Pedagógico.



6ª fase:

Submeter à aprovação e parecer do Conselho Geral.

O Projeto Educativo cumpre assim o requisito basilar de ser um instrumento gerador das condições propícias à melhoria da eficiência e eficácia da Escola, apto a responder de forma inovadora e consistente aos imperativos de uma Escola inserida no contexto local e regional, direcionada para a consolidação das aprendizagens essenciais do ensino básico.

Apresenta-se como um quadro de referência permanente de toda a comunidade educativa, marcante para a asserção da identidade e da cultura, próprias da Escola, e do meio onde se insere, com uma visão alargada do mundo em transformação que importa reforçar.

Contribui para conferir unidade ao Agrupamento através da enunciação clara de pressupostos que a comunidade educativa identificou como estando na base da ação a desenvolver.

Pretende ser um Projeto que contextualize e se contextualize no meio envolvente e que proporcione competências, conhecimento, oportunidades e soluções, gerador de dinâmicas pedagógicas ativas e integradoras, de parcerias, de participação e interação com a comunidade, capaz de estabelecer a necessária interligação ao mundo, direcionada para a capacitação dos alunos no desenvolvimento da sua autonomia no mundo do avanço tecnológico, da informação e do conhecimento, através de processos psicossociais marcados pela colaboração, articulação e disponibilidade para um trabalho interpares, de modo a conceber estratégias de ensino, aprendizagem e avaliação eficazes.

Continuará na convergência de esforços de todos os intervenientes educativos, em plena articulação e colaboração, a trabalhar num só sentido – a capacitação dos alunos para um mundo em constante transformação em que as decisões tomadas nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular e da gestão dos recursos humanos sejam as mais adequadas ao meio que serve, cumprindo assim a sua função educativa, identificando-se como um Agrupamento que soluciona problemas e que define ações.

O clima organizacional deverá ser entendido a partir das novas dinâmicas requeridas aos docentes face à diversidade de funções que hoje são exigidas à escola. A dinâmica organizacional será impulsionada pelas lideranças de topo e intermédias, com experiência e conhecimento dos modos de ensinar dos professores, indutoras de dinâmicas de implicação e compromisso na organização-escola, atentas às aprendizagens dos alunos e da comunidade, centradas na utilização e gestão da informação como recurso, na gestão curricular, exercidas dentro do quadro de participação democrática, assente numa lógica de motivação, bem-estar e respeito por todos os que diariamente trabalham para e em prol da educação.

2. IDENTIDADE DO AGRUPAMENTO



O Agrupamento de Escolas de Alandroal é constituído, desde o ano letivo 2004-05, pela:

- ❖ Escola Básica Diogo Lopes de Sequeira (escola sede) – 1º, 2º e 3º ciclos
- ❖ Jardim de Infância de Alandroal - Educação Pré-escolar
- ❖ Escola Básica com Jardim de Infância de Terena – Educação Pré-escolar e 1º ciclo
- ❖ Escola Básica com Jardim de Infância de Pias – Educação Pré-escolar e 1º ciclo

Todas as suas escolas funcionam em regime normal, de acordo com os normativos legais, para a Educação Pré-escolar e para o 1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico.

Encontra-se situado num Concelho onde as características da interioridade são marcos bem visíveis no tecido social, económico e territorial.

Situado no Sul do país, a 55 Km da capital do Distrito, Évora, é constituído por 12 aldeias e 3 vilas. Todas estas povoações se encontram bastante dispersas num território com 542,62 km², com uma população de 5015 habitantes (Censos de 2021). As povoações estão distribuídas pelas freguesias: União de Freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto), Junta de Freguesia de Santiago Maior, Junta de Freguesia de Terena e Junta de Freguesia de Capelins.

De acordo com dados de 2021 (Censos) verifica-se que existe uma elevada percentagem de população ativa, sem qualificação. São as mulheres que têm maior nível de instrução e também são elas que frequentam em maior número o Ensino Superior. É de salientar que apenas 6,6% detêm formação académica de grau secundário ou superior.

No presente ano letivo, o Agrupamento tem cerca de 372 alunos. O AEA diminuiu significativamente a sua população escolar nos últimos anos, como se pode comprovar pelos dados estatísticos dos últimos 10 anos: uma redução de 157 alunos, correspondendo a uma perda de 30,25% da população escolar.

Anos letivos	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Prof.	Total
2012-13	114	176	90	127	12	519
2013-14	107	174	94	129	-	504
2014-15	98	165	77	124	-	464
2015-16	85	167	72	119	-	443
2016-17	82	160	77	111	-	430
2017-18	75	158	71	102	-	406
2018-19	73	133	70	110	-	386
2019/20	84	134	82	104	-	404
2020/ 21	94	122	76	108	-	400
2021/22	81	126	63	102	-	372

Tabela 1- População escolar nos anos letivos de 2013-14/2021-22.

Esta tendência decrescente da população escolar acompanha o decréscimo gradual da população residente no concelho verificada na comparação entre os Censos 2011 e os referentes a 2021. <https://censos.ine.pt>

De acordo com os Censos, em 2011 a população residente era de 5843 e em 2021 correspondia a 5015: uma perda de 836 residentes, 14,31% da população em geral.

Para melhor compreender esta erosão demográfica verificámos ainda a taxa de nascimentos do concelho no concelho (dados Pordata).

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
7,3%	6,8%	5,3%	4,0%	6,8%	7,5%	4,6%	6,1%	3,6%	6,1%

Tabela 2- Taxa comparativa de natalidade.

Tendo ainda como referência os anos de 1981, com uma taxa de natalidade de 11,6% e de 2001 com uma taxa de natalidade de 6,8%, consideramos que a natalidade, no século XXI decresceu e não conseguiu voltar a atingir os níveis dos anos 80 do século passado.

O concelho de Alandroal encontra-se hoje num contexto demográfico adverso. A baixa taxa de natalidade, o envelhecimento da população, o despovoamento do concelho, bem como a desertificação do interior apontam para um futuro que não permite acreditar na força da escola e na força nos mais jovens como motores de dinamismo.



Os mais jovens serão aqueles que irão permitir que a região avance e que a escola tenha a capacidade, os recursos materiais e humanos, de os preparar com competências e conhecimentos, ao longo da sua vida.

O grande desafio a par da transição digital e da utilização da tecnologia, será o de querer aprender e que se aposte na escola como motor de inovação e criatividade, enquanto garantia de acesso à informação e ao conhecimento que irão criar o valor necessário às sociedades do futuro.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	1º CEB	2º CEB	3º CEB
81	126	63	102
Total		372	

Tabela 3- Número de alunos por nível de ensino, ano letivo 21/22.

JARDINS DE INFÂNCIA	NÚMERO DE TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
Alandroal	2	36
Terena	1	14
Pias	2	31
Total	5	81

Tabela 4- Crianças da Educação Pré-escolar por escola do AEA, ano letivo 21/22.

ESCOLAS DO 1º CICLO	NÚMERO DE TURMAS	TOTAL DE ALUNOS
Alandroal	4	70
Terena	1	16
Pias	2	40
Total	7	126

Tabela 5- Alunos do 1º ciclo do Ensino Básico por escola do AEA, ano letivo 21/22.

ESCOLA	CICLOS	ANO DE ESCOLARIDADE	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS
Básica Diogo Lopes de Sequeira	2º Ciclo	5º	2	30
		6º	2	33
Total			4	63
Básica Diogo Lopes de Sequeira	3º Ciclo	7º	2	42
		8º	2	33
		9º	2	27
Total			6	102

Tabela 6- Alunos do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, ano letivo 21/22.



MEDIDAS ADOTADAS AO ABRIGO DO DEC.- LEI Nº 54/2018 DE 6 DE JULHO											
ED. PRÉ-ESCOLAR			1º CEB			2º CEB			3º CEB		
Universais	Seletivas	Adicionais	Universais	Seletivas	Adicionais	Universais	Seletivas	Adicionais	Universais	Seletivas	Adicionais
7	0	0	34	7	1	20	4	2	25	8	4
7			42			26			37		

Tabela 7- Medidas de Apoio à Aprendizagem e à Inclusão., ano letivo 21 /22

NÚMERO DE ALUNOS	NÚMERO DE FAMÍLIAS
7	-

Tabela 8- Crianças do Agrupamento apoiadas pela Equipa Local de Intervenção (ELI), ano letivo 21/22

No âmbito da Ação Social Escolar, todos os alunos têm acesso a refeições grátis, aos livros escolares e cadernos de apoio, assim como a material escolar, de acordo com os escalões da SS, da Câmara Municipal de Alandroal e do Ministério da Educação.

REFEITÓRIOS	ED. PRÉ-ESC.	1º CEB	2º e 3º CEB
J.I de Alandroal	166	-	-
E.B. c/ JI de Pias	110	132	-
EB Diogo Lopes de Sequeira	-	270	550
E.B. c/ JI Terena	49	67	-
Total	325	469	550

Tabela 9- Refeições escolares (média semanal), ano letivo 21/22.

No que concerne às tecnologias de informação e comunicação, 100% dos alunos possuem computador, com ligação à Internet em resultado do esforço das famílias, do apoio e reforço das tecnologias promovido pela Câmara Municipal Alandroal e dos equipamentos fornecidos pela 1ª e 2ª fases do Plano de Ação para o Desenvolvimento Digital nas Escolas.

RECURSOS HUMANOS

	ED. PRÉ-ESC.	1º CEB/INGLÊS	2º/3º CEB
QA	3	9	15
QZP	2	2	1
CONTRATADOS	1	-	9
Total	6	11	25

Tabela 10- Número de docentes do Agrupamento, ano letivo 21/22



ASSISTENTES OPERACIONAIS (Ed. Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º ciclos)	ASSISTENTES TÉCNICOS	TÉCNICOS SUPERIORES
25	6	6

Tabela 11- Pessoal não docente Agrupamento., ano letivo 21/22

ANIMADORAS (Ed. Pré-esc.)	TÉCNICOS AEC (1º CEB)
6	10

Tabela 12- Animadoras e técnicos de AEC

ED. PRÉ-ESC.	1º CEB	2º CEB	3º CEB
10	14	8	12
Total 44			

Tabela 13- Representantes de pais por turma/ciclo.

SÍMBOLOS DO AGRUPAMENTO

Identificam o Agrupamento:

- Logotipo em uso em todos os documentos e páginas oficiais (em anexo);
- Patrono da Escola Sede – Diogo Lopes de Sequeira (em anexo).

3.OFERTA EDUCATIVA E MODALIDADES DE ENSINO

A educação pré-escolar é facultativa e destina-se às crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico (6 anos).

O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e compreende três ciclos sequenciais:

- ❖ 1º Ciclo: 1º, 2º, 3º e 4º Anos
- ❖ 2º Ciclo: 5º e 6º Anos
- ❖ 3º Ciclo: 7º, 8º e 9º Anos

O Agrupamento de Escolas de Alandroal organiza as suas atividades em regime normal, de segunda-feira a sexta-feira.



A frequência, a matrícula e a renovação de matrícula, em cada oferta educativa, está sujeita à legislação em vigor. Os pais/encarregado de educação podem escolher livremente o estabelecimento de ensino básico pretendido, independentemente do mesmo se encontrar ou não na área de residência ou de trabalho. Se a procura exceder a oferta, a inscrição dos alunos fica sujeita aos critérios de seleção aqui definidos (critérios de constituição de turmas da educação pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos).

Organiza-se em regime presencial onde o processo de ensino e aprendizagem é desenvolvido num contexto em que alunos e docentes estão em contacto direto, encontrando-se fisicamente no mesmo local.

Poderá ser, no entanto, necessário transitar entre o regime presencial, regime misto e o não presencial. Esta situação será sempre determinada por situação excecional expressa na lei ou determinada pelos órgãos pedagógicos do AEA. O regime presencial é o regime regra e os regimes misto e não presencial são considerados como exceção.

Neste contexto, deverá ser privilegiado o trabalho autónomo dos alunos realizado nas sessões assíncronas, através do acesso às plataformas digitais disponibilizadas pelo agrupamento e deverão ser previstas sessões de trabalho a distância que, preferencialmente, fomentem o trabalho colaborativo entre os alunos, através da utilização de ferramentas digitais

Em qualquer regime os alunos estão obrigados ao cumprimento do Regulamento Interno do Agrupamento e da lei n.º 51/2012 de 5 de setembro de 2012, nomeadamente ao cumprimento do direito/dever de assiduidade.

Educação Pré-escolar

O Jardim de Infância realiza o seu trabalho de acordo com as grandes linhas do Projeto Educativo, possuindo cada sala o seu Projeto Curricular de grupo. Como grandes linhas orientadoras fundamenta-se nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e considera-se a educação em Jardim de Infância como o início de um processo de educação e de formação que se desenvolve ao longo de toda a vida.

Existem três jardins-de-infância no Agrupamento – Jardim-de-infância de Alandroal, Jardim-de-infância de Terena e Jardim-de-infância de Pias.

Atividades de apoio à família (AAF)

As AAF são da responsabilidade da Câmara e desenvolvem-se em três momentos:

Manhã: até às 9 horas

Almoço: das 12.30 às 14.00 horas

Tarde: das 15.30 às 17.30

Estas atividades serão supervisionadas pelas educadoras de acordo com a legislação em vigor.



1º ciclo

Os estabelecimentos do 1.º ciclo, distribuídos pelas escolas de Alandroal, Terena e Pias, funcionam em regime de horário normal, com 5 horas diárias de atividades curriculares lecionadas em regime de monodocência.

No 1.º ciclo, a maioria das turmas atinge o limite máximo de alunos por turma de acordo com as orientações emanadas do Ministério da Educação.

A associação desta realidade a outros fatores de mobilidade da população tem resultado, muitas vezes, na situação extemporânea de turmas no 1º ciclo com dois ou mais anos de escolaridade.

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

As atividades de apoio à família e de enriquecimento curricular, de frequência facultativa, nomeadamente, o ensino do inglês, atividade física e desportiva, ensino da música e outras expressões artísticas são da responsabilidade da Autarquia.

4- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO DAS TURMAS

Na constituição das turmas, devem prevalecer critérios de natureza pedagógica, competindo ao Diretor aplicá-los, no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes.

Na educação pré-escolar a lei nº 65 / 2015, de 3 de julho, estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade.

Na entrada na educação pré-escolar devem ser priorizadas:

- ❖ Crianças portadoras de condições específicas;
- ❖ Filhos de pais estudantes, menores, nos termos previstos no nº.4 da lei nº. 90/ 2001 de vinte agosto;
- ❖ Crianças com irmãos a frequentar o Estabelecimento de Educação pretendido;
- ❖ Crianças cujos pais ou encarregados de educação residam, comprovadamente, na área de influência do Estabelecimento de Educação pretendido;
- ❖ Crianças cujos pais ou encarregados de educação desenvolvam a sua atividade profissional, comprovadamente na área de influência do Estabelecimento de Educação pretendido.

As turmas serão constituídas com o número máximo de alunos permitidos pela legislação em vigor.

Na formação de turmas do 1º ciclo, 1º ano, deverão ser consideradas as informações das educadoras de infância, através das grelhas síntese ou das reuniões de articulação pré-escolar e 1º ciclo.

A continuidade dos alunos na mesma turma a que pertenciam no ano anterior deve ser mantida, a menos que existam indicações, em contrário dos conselhos de educadores/turma.

As turmas devem:



- ❖ Garantir a heterogeneidade das crianças / jovens;
- ❖ Não devem ser constituídas, exclusivamente, por alunos retidos;
- ❖ Os alunos oriundos de países estrangeiros e que necessitem de apoio pedagógico devem ser agrupados, de forma a possibilitar esse tipo de apoio e a melhorar a sua integração na escola.
- ❖ As recomendações dos conselhos de turma de final do 3º período devem, sempre que possível, ser respeitadas.

5º ano - A constituição de turmas tem por base os parâmetros legalmente estabelecidos, as orientações dos serviços de administração educativa, bem como, sempre que possível, as recomendações específicas provenientes dos Conselhos de Turma e dos docentes das escolas do 1º ciclo. Deverão ser mantidos juntos pequenos núcleos de alunos provenientes da mesma turma, de modo a facilitar a integração e minimizar a insegurança que a mudança de escola e de sistema de ensino provocam, mantendo o equilíbrio numérico de géneros; deverão ser colocados na mesma turma alunos provenientes do ensino oficial e privado, de forma a salvaguardar a heterogeneidade socioeconómica dos alunos. Deverão ser distribuídos equilibradamente os alunos retidos, de acordo com o perfil dos mesmos.

6º, 8º e 9º Anos - Os alunos integram a turma em que foram inseridos, embora se proceda a eventuais ajustamentos, face ao número de alunos e às preferências manifestadas pelos mesmos na disciplina de E.M.R.C e a outros fatores pedagógicos justificados, de acordo com as orientações propostas pelos Conselhos de Turma. Deverão ser distribuídos equilibradamente os alunos retidos, de acordo com o perfil dos mesmos.

7º ano - Os alunos integram a turma em que foram inseridos, embora se proceda a eventuais ajustamentos, de acordo com as orientações e propostas dos Conselhos de Turma. Deverão ser mantidos os mesmos alunos/grupos de alunos da turma anterior de acordo com a opção de Língua Estrangeira a iniciar no 3º ciclo e a opção EMRC. Deverão ser distribuídos equilibradamente os alunos retidos, de acordo com o perfil dos mesmos.

Procurar-se-á concentrar as aulas de uma só turma numa mesma sala, exceto nas disciplinas que exigem uma sala específica.

Na constituição de turmas, deve-se ainda respeitar, sempre que possível, os pedidos formulados pelos encarregados de educação, desde que devidamente fundamentados.

O encarregado de educação poderá, no prazo de dez dias úteis após a afixação das turmas, solicitar, por escrito, a mudança de turma do seu educando, fundamentando a razão do seu pedido. Cabe ao Diretor deferir ou não o requerimento, por razões de caráter pedagógico ou administrativo.



5. ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE GESTÃO

Os órgãos de direção responsáveis pelo funcionamento da escola estão definidos na legislação em vigor e são os seguintes:

CONSELHO GERAL					
Pessoal docente	Pessoal não docente	Representantes de Pais/Enc. De Educação	Representantes Autarquia	Representantes Comunidade Local	Diretor
7	2	4	3	3	1
Total 20					

Tabela 14- Conselho Geral.

DIREÇÃO		
Diretor	Subdiretor	Adjuntos
1	1	1
Total 3		

Tabela 15- Direção.

CONSELHO PEDAGÓGICO	
Diretor	1
Departamento de Línguas	1
Departamento de Matemática e Ciências Experimentais	1
Departamento Expressões	1
Departamento Ciências Sociais e Humanas	1
Conselho de docentes da Educação Pré-Escolar	1
Conselho de docentes do 1º ciclo	1
Coordenador dos Diretores de Turma	1
Representante do 910	1
Total	9

Tabela 15- Conselho Pedagógico.

CONSELHO ADMINISTRATIVO		
Presidente	Vice-Presidente	Secretário
1	1	1
Total 3		

Tabela 16- Conselho Administrativo.

ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA



Estas estruturas colaboram com o Diretor e o Conselho Pedagógico no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades educativas, escolares e formativas, promover o trabalho colaborativo de modo a potenciar a qualidade educativa e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente.

- ❖ Os departamentos curriculares (áreas e disciplinas curriculares): Pré-escolar, 1º ciclo, Ciências Sociais e Humanas, Expressões, Línguas, Matemática e Ciências Experimentais)
- ❖ O conselho de diretores de turma (2º, 3º ciclos e ensino secundário);
- ❖ Os conselhos de turma. (Pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos)
- ❖ Avaliação do Pessoal Docente (SADD)

APOIO À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

A **EMAEI**, pela natureza do seu objeto (Dec. Lei n.º 54/2018, de 6 de julho), potencia o reconhecimento da mais-valia que é a diversidade dos alunos da Escola, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que a Escola dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Esta estrutura apoia os conselhos de turma na identificação das barreiras à aprendizagem com que o aluno se confronta, propondo estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada aluno tenha acesso ao currículo e às Aprendizagens Essenciais de cada disciplina, potenciando em cada um o desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. À equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva cabe um papel fundamental, uma vez que, entre outras atribuições, lhe compete propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar para cada aluno; acompanhar e monitorizar a aplicação das medidas definidas, prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas e acompanhar o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem. A organização da resposta educativa especializada do Agrupamento é determinada pelas diferentes necessidades de cada aluno.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

O Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, procura fornecer um enquadramento legal para a construção de uma escola cada vez mais inclusiva, que se “(...) pensa como um todo, contemplando a multiplicidade das suas dimensões (...)”. Ele vem reforçar “(...) o direito de cada um dos alunos a uma educação consentânea com as suas potencialidades, expectativas e necessidades, num conjunto de respostas planeadas no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos



a participação e o sentido de pertença em verdadeiras condições de equidade (...)"'. (Para uma educação Inclusiva – Manual de Apoio à Prática).

Implementando uma abordagem multinível, de forma integrada, articulada e flexível, a escola, nomeadamente através da colaboração e parceria estreita entre os professores de Educação Especial, professores das diferentes disciplinas, técnicos especializados e assistentes operacionais – consubstanciada no Centro de Apoio à Aprendizagem - procura responder às necessidades de todos os alunos materializando um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem, nomeadamente: fornecer respostas educativas especializadas e diferenciadas, através da diversificação de estratégias e atividades, de acordo com as características e potencialidades de cada aluno, potenciando assim o seu desenvolvimento e inclusão na sociedade; desenvolver/consolidar competências de autonomia pessoal e social; desenvolver atividades de índole vocacional, ou pré-profissional, que promovam a transição e a inserção dos alunos na vida pós-escolar e a aquisição de competências facilitadoras da inclusão no mundo laboral e na comunidade; promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação e à vida autónoma.

CAA – CENTRO DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS

O Centro de Apoio à Aprendizagem pretende ser uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências existentes neste Agrupamento, uma resposta organizada, abrangente e plural de apoio à inclusão e insere-se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas no AEA. O CAA é coordenado por um elemento do diretor em trabalho colaborativo e articulado com a EMAEI.

O Centro de Apoio à Aprendizagem tem como objetivos gerais:

- | |
|---|
| a) Apoiar a inclusão das crianças e alunos no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo. |
| b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar. |
| c) Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma. |

Constituem objetivos específicos do Centro de Apoio à Aprendizagem:

- | |
|--|
| a) Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem. |
| b) Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem. |
| c) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo. |



- | |
|--|
| d) Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar. |
| e) Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem. |
| f) Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar. |

RECURSOS DO CENTRO DE APOIO À APRENDIZAGEM

UNIDADE DE MULTIDEFICIÊNCIA

Para os alunos a frequentar a escolaridade obrigatória, cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem sejam «as adaptações curriculares significativas «o desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado» e o «desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social», é garantida, na UAM uma resposta que complementa o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à sua inclusão.

A Unidade de Multideficiência concentra os meios humanos e materiais que possam oferecer uma resposta educativa de qualidade a alunos com Necessidades Educativas permanentes, com vista a:

- ❖ Promover a participação dos alunos com multideficiência, em estreita ligação com os seus pares;
- ❖ Aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares visando o desenvolvimento e a integração social e escolar dos alunos;
- ❖ Proceder às adequações curriculares necessárias;
- ❖ Assegurar a participação dos pais/encarregados de educação no processo de ensino e aprendizagem;
- ❖ Assegurar os apoios específicos ao nível das terapias, da psicologia, da orientação e da mobilidade;
- ❖ Participar no processo do Plano de Transição Individual.

SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

O AEA conta com uma Equipa de Técnicos Especializados, constituída por Técnicas Superiores na área da Psicologia Educacional (2), na área do Serviço Social (1), na área da Fisioterapia (1) e na área da Terapia da Fala (2).

Os psicólogos nos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) em contexto escolar constituem um recurso das escolas e as suas atividades são dirigidas a alunos que apresentam problemáticas relacionadas com o desenvolvimento pessoal, dificuldades de aprendizagem e de realização pessoal, dificuldades de aprendizagem e de realização escolar, dificuldades de relacionamento interpessoal



e problemas de comportamento. Tem como objetivo geral otimizar e facilitar o processo de ensino aprendizagem, incidindo sobre os aspetos cognitivos, emocionais, comportamentais e sociais com o objetivo geral de promover a saúde mental, prevenir e intervir nas dificuldades vividas no processo de escolarização. Desenvolvem ainda atividades de Orientação Escolar e Profissional que tem como objetivo apoiar os alunos no processo de desenvolvimento da sua identidade pessoal e do seu projeto de vida, promovendo o autoconhecimento ao nível de características pessoais, valores, interesses e capacidades e a informação sobre os diferentes percursos escolares, na procura de conhecer as preocupações sentidas pelos jovens relativamente ao seu futuro e ajudá-los a encontrar o seu caminho.

A escolha da área de estudos a seguir no Ensino Secundário é encarada como a primeira grande decisão que os alunos têm de tomar para a realização de um percurso escolar saudável e bem-sucedido.

O seu âmbito de intervenção desenvolve-se ainda nos domínios do apoio psicopedagógico a alunos e professores, do desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar e da orientação ao longo da vida.

A valência de Terapia da Fala no meio escolar assume particular relevância dada a estreita relação das competências comunicativas e linguísticas, com a aprendizagem e a interação social. Contribui assim para a definição e implementação de planos educativos, tendo em conta as potencialidades, expectativas e necessidades do aluno bem como as características dos ambientes, que facilitam ou comprometem o seu desempenho ao nível da comunicação, linguagem e escrita entre outros.

O Serviço Social na escola, contribui com ações que tornam a educação como uma prática de inclusão social, promovendo a melhoria da qualidade educativa, fomentando a promoção do sucesso escolar e a aproximação da família ao contexto escolar.

A intervenção da Fisioterapia no contexto escolar tem como principais objetivos ajudar os alunos a desenvolver competências que aumentem a sua participação ativa e independente no ambiente escolar e social, capacitar as equipas educativas para as particularidades de crianças e jovens com alterações neuro motoras e modificar os contextos, tornando-os acessíveis e funcionais.

O trabalho desenvolvido pela equipa técnica especializada, contribui e está direcionado para todos os alunos deste agrupamento que revelem alguma problemática que condicione o seu bem-estar individual e consecutivamente o seu rendimento escolar, em articulação com o Diretor, a EMAEI, professores titulares/diretores de turma e Conselhos de Turma.

Apoia e desenvolve relações dentro da comunidade educativa - num contexto interativo por excelência, como é a Escola - intervindo com ela num esforço de partilha e de estratégias



articuladas com os vários intervenientes locais no encontro de soluções.

BIBLIOTECAS ESCOLARES (INTEGRADAS NA RBE) – EB DIOGO LOPES DE SEQUEIRA E EB DE PIAS

As Bibliotecas escolares do Agrupamento constituem espaços privilegiados de aprendizagens curriculares e de complemento a essas aprendizagens, pelo desenvolvimento de trabalho, de pesquisa e de aquisição das diferentes literacias.

O caminho a percorrer deverá configurar um projeto global de leitura e escrita, um trabalho sistemático e continuado desde a educação pré-escolar, na colaboração estreita entre a Biblioteca Escolar e todos os órgãos pedagógicos inscrevendo as atividades de animação e promoção da leitura ao serviço do currículo.

As bibliotecas dispõem de fundo documental (livro e não livro) destinado à comunidade escolar e têm como objetivos:

- ❖ Apoiar e promover os objetivos delineados neste projeto educativo;
- ❖ Desenvolver e manter nos alunos o hábito e o gosto pela leitura e pela aprendizagem, ao longo da vida;
- ❖ Promover a leitura, os recursos e serviços da biblioteca escolar junto da comunidade escolar e do meio;
- ❖ Trabalhar em estreita articulação com a Biblioteca Municipal no sentido da promoção da leitura, da escrita e da divulgação cultural no meio;
- ❖ Proporcionar oportunidades de produção e utilização de informação para o conhecimento, compreensão, imaginação e divertimento;
- ❖ Apoiar os alunos na aprendizagem e prática de capacidades de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza, suporte ou meio;
- ❖ Providenciar acesso aos recursos locais, regionais, nacionais e globais e às oportunidades que exponham os alunos a ideias, experiências e opiniões diversificadas;
- ❖ Organizar atividades que favoreçam a tomada de consciência cultural e social;
- ❖ Defender a ideia de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são essenciais à construção de uma cidadania efetiva e responsável e à participação na democracia.

Cada Biblioteca reger-se-á por regulamento e regimento próprio.

PROJETOS

Plano de Promoção do Sucesso Escolar

- ❖ Sala + - Apoio individual – dentro e fora da sala de aula – alunos do 1º ciclo
- ❖ Apoio + - Apoio em sala de aula / Enriquecimento Curricular - alunos do 3º ciclo
- ❖ Apoio ao Estudo – alunos do 2º ciclo



Promoção e educação para a saúde (PES)

“A Promoção e Educação para a Saúde em meio escolar é um processo contínuo que visa o desenvolvimento de competências das crianças e dos jovens, permitindo-lhes confrontarem-se positivamente consigo próprios, construir um projeto de vida e serem capazes de fazer escolhas individuais, conscientes e responsáveis. A promoção da educação para a saúde na escola tem, também, como missão criar ambientes facilitadores dessas escolhas e estimular o espírito crítico para o exercício de uma cidadania ativa.” (Referencial da Educação para a Saúde, Ministério da Educação – Direção-Geral da Educação e Direção-Geral da Saúde, junho de 2017) A PES, enquanto instrumento de trabalho integrador, deve incluir todas as atividades educativas de promoção e educação para a saúde. Este, de acordo com a legislação em vigor, consubstancia-se em áreas de intervenção como Saúde Mental e Prevenção da Violência, Educação Alimentar e Atividade Física, Afetos e Educação para a Sexualidade e Comportamentos Aditivos e Dependências.

Desporto Escolar

O Desporto Escolar (DE), sendo uma área transversal no currículo escolar dos alunos, contribui para a sua formação integral, tendo impacto em diversas áreas sociais. Ao proporcionar a prática de atividades físicas, de uma forma articulada e continuada e em diversos modelos de competição, respeitando cada nível de escolaridade, pretende-se que seja um instrumento na promoção da saúde, na inclusão e integração social, na promoção do desporto e no combate ao insucesso e abandono escolar. Sendo uma atividade extracurricular de complemento à disciplina de Educação Física, deve ser articulada horizontalmente e verticalmente, ao longo dos vários anos de escolaridade, com as atividades curriculares da disciplina de Educação Física e da Expressão Físico e Motora e, ainda, com as atividades físicas e desportivas de Enriquecimento Curricular do 1º ciclo de Ensino Básico.



6- ANÁLISE SWOT – DIAGNÓSTICO

A avaliação das condições oferecidas pelo meio e a resposta que o AEA apresenta fazem parte do processo de avaliação diagnóstica, nomeadamente através da identificação dos seus pontos fortes e dos seus pontos fracos e através do reconhecimento das ameaças e oportunidades que do exterior condicionam o seu desenvolvimento.

Esta análise inclui, assim:

- ❖ os aspetos principais identificados nos relatórios de autoavaliação elaborados anualmente pelo OQE do AEA (2018-2021);
- ❖ os relatórios, reflexões e atas resultantes das avaliações finais de ano das diferentes áreas, conselhos de turma/grupo e departamentos curriculares (2018-2021);
- ❖ leitura e análise dos resultados escolares (Diretor/Conselho Pedagógico/EMAEI) (2018-2021).

O cruzamento dos pontos fortes e fracos com as oportunidades e ameaças permitiu construir uma matriz SWOT com os resultados que se apresentam de seguida:

FATORES INTERNOS	
Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> ❖ Corpo docente estável, experiente e conhecedor do ambiente social/económico do concelho e da região onde o AEA está inserido; ❖ Pessoal não docente promotor da qualidade dos espaços e das múltiplas atividades desenvolvidas nas escolas, valorizada na relação e articulação que se estabelece entre a escola e o município; ❖ Diversidade, quantidade e qualidade dos apoios educativos; ❖ Articulação e parcerias com o município e com as instituições sociais e de saúde, integradas na comunidade, potenciadoras de uma atuação célere e adequada às diferentes situações; ❖ Adequação dos horários; ❖ Qualidade e higiene das instalações; ❖ A inexistência de situações de indisciplina; ❖ A parceria com o município no apoio à família na educação pré-escolar e 1º ciclo; ❖ A coesão estratégica e pedagógica do Agrupamento (trabalho articulado entre ciclos). 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Atividades experimentais no 1º, 2º e 3º ciclos; ❖ Concentração / atenção nos momentos de aprendizagem; ❖ Competências leitoras; ❖ Interesse, curiosidade e atenção em relação às aprendizagens escolares, à medida que se avança na escolaridade, correspondendo a um progressivo desinvestimento dos alunos e dos encarregados de educação pelo processo de aprendizagem e acompanhamento escolar. ❖ Dificuldades em compreender a natureza e importância da leitura como tarefa essencial para o desenvolvimento de atividades de aprendizagem, tanto escolares como de experiências de vida, domínio que permite aproximar os conteúdos escolares e os contextos reais/vivenciais dos alunos.



FATORES EXTERNOS

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ❖ O acolhimento e fácil integração dos alunos vindos de outras escolas (nacionais e internacionais); ❖ O interesse e motivação dos docentes para a partilha de recursos e estratégias e da introdução do trabalho colaborativo como metodologia potenciadora de encontrar soluções para a melhoria da escola (trabalho já iniciado nos DAC, CD, Projetos BE); ❖ O estímulo à frequência das medidas de apoio às aprendizagens: equipas técnicas de acompanhamento (terapia da fala, psicologia, fisioterapia, assistente social); intervenção precoce); Desporto Escolar; Biblioteca Escolar; apoio em sala de aula /Enriquecimento curricular; Sala + (1º ciclo); os DAC e as atividades estruturadas do PAA; a inclusão em sala de aula dos alunos com necessidade de apoio à aprendizagem e em acompanhamento personalizado em UAM; ❖ Parcerias, protocolos e projetos a nível local, regional, nacional e internacional; ❖ Formação para a capacitação digital dos docentes e dos alunos; ❖ Recursos escolares e utilização das tecnologias digitais no contexto organizacional e de segurança na escola. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Não colaboração, de alguns Encarregados de Educação, no sentido da valorização do papel da escola na construção do processo pessoal e social dos alunos; ❖ Dificuldades no empenho, envolvimento e responsabilidade dos alunos no processo ensino - aprendizagem; ❖ Redução do número de alunos impeditiva do crescimento do número de turmas do Agrupamento; ❖ Dificuldade para a organização certificada da formação em contexto de trabalho para o pessoal Não docente, em situações específicas de atuação;(Educação Especial; cozinha; bar; gestão de conflitos; biblioteca...); ❖ Dificuldades para investimento em equipamentos e manutenção.



7. IDENTIFICAÇÃO DA VISÃO, MISSÃO E VALORES

I. VISÃO DO AGRUPAMENTO

Transformar o Agrupamento de Escolas numa comunidade de aprendizagem sustentada em padrões de qualidade, promovendo uma cultura de oportunidade educativa ampla e exigente, respeitadora dos valores humanísticos, democráticos e solidários, onde o aluno seja protagonista, que permita ligar as pessoas a um conjunto de valores e ideias comuns, promotora de oportunidades, interação e colaboração no caminho e encontro de uma escola organizada para acolher a heterogeneidade da sua população escolar.

Uma visão integradora das culturas organizacionais e profissionais baseada nas múltiplas ações entre as suas estruturas conducentes à obtenção de respostas para a melhoria da ação educativa.

II. MISSÃO DO AGRUPAMENTO

“O perfil dos alunos no final da escolaridade obrigatória estabelece uma visão de escola e um compromisso da escola, constituindo-se para a sociedade em geral como um guia que enuncia os princípios fundamentais em que assenta uma educação que se quer inclusiva. Apresenta uma visão daquilo que se pretende que os jovens alcancem, sendo, para tal, determinante o compromisso da escola, a ação dos professores e o empenho das famílias e encarregados de educação. Professores, educadores, gestores, decisores políticos e também todos os que direta ou indiretamente têm responsabilidades na educação encontram neste documento a matriz para a tomada de decisão sobre as opções de desenvolvimento curricular, consistentes com a visão de futuro definida como relevante para os jovens portugueses do nosso tempo.” Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, pag.7.

“A melhor educação é a que se desenvolve como construtora de postura no mundo. Hoje mais do que nunca a escola deve preparar para o imprevisto, o novo, a complexidade e, sobretudo, desenvolver em cada indivíduo a vontade, a capacidade e o conhecimento que lhe permitirá aprender ao longo da vida. Aquele que reconhece o valor da educação estuda sempre e quer sempre aprender mais.” Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, pag.8.

“Ao longo da sua escolarização, e em todas as áreas do saber, deverão ser proporcionadas aos alunos oportunidades que permitam desenvolver competências e exprimir valores, analisando criticamente as ações que deles derivam, e tomar decisões com base em critérios éticos.”

Com base nestes pressupostos, a principal missão do Agrupamento de Escolas de Alandroal é consolidar as aprendizagens para proporcionar o conhecimento, as atitudes e os valores que, de acordo com cada fase do seu crescimento, permitam aos alunos fazer escolhas, com autonomia



dotando-os das competências comunicacionais, culturais, artísticas, científicas e desportivas que lhes permitam exercer uma cidadania plena, tendo como prioridade a construção de uma identidade coletiva de sucesso.

III. VALORES

Conhecimento, Responsabilidade, Igualdade, Inclusão, Sustentabilidade, Partilha, Equidade Solidariedade, Dignidade, Resiliência, Tolerância, Cooperação.

Valores que desenvolvem: o respeito pela diferença, a sensibilização para um modo de vida e ambiente sustentáveis, o sentido crítico e a criatividade, o bem-estar pessoal e social, a ética no trabalho, como motores de uma escola integrada na sua cultura, mas aberta a outras culturas, humana e inovadora que promova nos alunos o gosto por aprender e participar ativamente.

IV.

LEMA

ESCOLA, uma porta aberta para o futuro.

V. METAS

Objetivo Central

A melhoria significativa do sucesso escolar e da qualidade das aprendizagens dos alunos, que potencie o A. E. Alandroal enquanto Escola de qualidade com melhoria dos seus resultados escolares, através de um plano organizativo com foco numa ação pedagógica ativa e participativa que permita de forma progressiva e sustentada a construção de uma escola de futuro “inteligente e amiga do ambiente”.

Objetivos específicos

1. Desenvolvimento de um processo de ensino e de aprendizagem assente em práticas ativas e motivadoras das aprendizagens assentes, na competência e no rigor científico, pedagógico e didático;
2. Melhoria da qualidade das aprendizagens e do sucesso académico dos alunos;
3. Promoção de uma educação inclusiva em igualdade de oportunidades de todos os alunos;
4. Promoção de uma ação pedagógica que favoreça o conhecimento, a maturidade cívica e socio afetiva, criando no aluno atitudes proativas no relacionamento interpessoal, no reconhecimento da importância da escola através de uma participação ativa, consciente e crítica;



5. Desenvolvimento de uma cultura de educação para a cidadania, arte, saúde, ambiente e desporto em todas as suas vertentes, formando cidadãos autónomos, socialmente ativos e responsáveis;
6. Promoção de uma escola dinâmica, aberta à comunidade, onde prevaleça o diálogo e a partilha de conhecimentos, valores e atitudes;
7. Promoção e inovação ao nível das tecnologias e das diferentes literacias, nas áreas das ciências, dos média, da comunicação, da leitura e da escrita, das artes, da cidadania e do desporto perspetivando o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;

Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos serão formulados através de 3 eixos prioritários de intervenção aqui definidos:





EIXO I – RESULTADOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1.RESULTADOS ACADÉMICOS**1.1. Avaliação Interna**

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
Desenvolver o processo de ensino e aprendizagem no sentido da melhoria da qualidade das aprendizagens e do sucesso dos alunos do Pré-Escolar ao 3º ciclo;	Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Centro de Apoio à Aprendizagem	Aumentar em 30 % o número de alunos que transitam, anualmente, sem níveis inferiores a 3 (sucesso pleno), em todos os ciclos	Grau de eficácia dos planos de apoio à aprendizagem e à inclusão.
Melhorar o sucesso académico por área e por disciplina;		Aumentar em 30 % o número de níveis 4 e 5 nas diferentes áreas / disciplinas, em todos os ciclos	Número de alunos com medidas de apoio com sucesso pleno. Grau de cumprimento dos planos de melhoria das medidas definidas em departamento e Conselho Pedagógico. Mapas de análise de resultados escolares.
Reconhecer, anualmente, o mérito dos alunos	Atribuir relevância, divulgar e reconhecer a Escola e os seus profissionais como elementos principais na promoção do sucesso pessoal e social dos alunos do Concelho na atribuição do Prémio de Mérito CMA (prémio individual para o melhor aluno ao terminar a escolaridade no AEA.)		Número de alunos com reconhecimento de mérito. Atribuição e divulgação relevante do reconhecimento do mérito dos alunos do AEA na comunidade.



1.RESULTADOS ACADÉMICOS

1.2. Avaliação Externa

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
<p>Melhorar os resultados da avaliação às disciplinas alvo de avaliação externa</p> <p>(Aferição e provas finais de ciclo)</p>	<p>Estabelecimento de um Plano específico e articulado, medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão, para os alunos com níveis inferiores a 3 na disciplina / disciplinas alvo de avaliação externa final de ciclo (provas finais de ciclo);</p> <p>Preparação específica para todos os alunos nas disciplinas em aferição / provas finais de ciclo (proposta pelas disciplinas em avaliação externa) e aprovado em CP;</p> <p>Utilização dos resultados das provas externas para analisar e refletir e melhorar o processo de ensino aprendizagem, proporcionar um diálogo sobre as práticas pedagógicas no sentido de delinear novas formas de ação com atenção às mudanças de práticas educacionais. (Plano de Melhoria)</p>	<p>Aumentar em 30 % o número de níveis iguais ou superiores a três às disciplinas de Português e Matemática nas provas finais;</p> <p>Reduzir em 30% a diferença entre a CIF [classificação Interna Final] e a CE [Classificação Externa].</p> <p>Reduzir em 30% a diferença entre a CEA [classificação Externa do AEA] e a CEN [Classificação Externa Nacional] no final do Ensino Básico;</p> <p>Igualar a classificação da avaliação das provas de aferição com a CEN [classificação externa]</p>	<p>Resultados dos alunos nas provas finais;</p> <p>Resultados das provas de aferição;</p> <p>Número de alunos com sucesso pleno;</p> <p>Grau de utilização dos resultados das provas externas nos planos de melhoria das diferentes disciplinas curriculares sujeitas a avaliação final / aferição.</p> <p>Grau de eficácia dos Planos Específicos.</p>



2 – RESULTADOS SOCIAIS

2.1- Participação ativa e responsável na vida da escola

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
<p>Mobilizar valores e competências que permitam intervir na vida e na história dos indivíduos e das sociedades, tomar decisões livres e fundamentadas sobre questões naturais, sociais e éticas, e dispor de uma capacidade de participação cívica, ativa, consciente e responsável.</p>	<p>Garantir o acesso à aprendizagem e à participação dos alunos no seu processo de formação através de uma ação educativa coerente e flexível.</p> <p>Utilizar a gestão flexível do currículo e do trabalho conjunto e colaborativo dos educadores e docentes (DAC) na exploração de temas diferenciados, trazendo a realidade local, nacional e internacional para o centro das aprendizagens.</p> <p>Mobilizar competências na atualização do conhecimento na contribuição para uma nova visão de desenvolvimento global sustentável.</p> <p>ENEC - Utilização da Estratégia para a cidadania da escola como ponto de partida e de encontro de participação ativa em projetos que promovam a construção de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da Democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos direitos humanos.</p>	<p>Implementar em 50% as ações desenvolvidas na ENECE e nas DAC, assentes em práticas sustentadas no tempo, integradas no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida da escola e na sua articulação com a comunidade.</p> <p>Envolver todos os alunos e alunas em metodologias ativas na oportunidade de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, na participação ativa, colaborativa e solidária.</p>	<p>Número de atividades de voluntariado e solidariedade realizadas no PA.</p> <p>Número de ações de sensibilização destinadas a alunos, a pais/EE e comunidade em geral.</p> <p>Número de atividades realizadas em parcerias com diferentes instituições potenciadoras de soluções de complementaridade e convergência capazes de gerar sinergias locais e regionais que de forma contextualizada contribuam para o desenvolvimento de experiências reais de participação e de vivência da cidadania.</p> <p>Monitorização e avaliação pelos diferentes órgãos pedagógicos de forma a garantir efetividade das ações.</p> <p>Nível de participação e grau de satisfação dos envolvidos nas atividades.</p>
<p>Criar condições para que o conhecimento construa e sedimente uma cultura científica e artística de base humanista.</p>			
<p>Promover os valores expressos neste PE no respeito por todos os que estudam e trabalham em prol da educação das crianças e jovens do Concelho.</p>			
<p>Promover o bem-estar e a saúde individual e coletiva de toda a comunidade educativa.</p>			
<p>Envolver o trabalho em parceria com as famílias e com as comunidades.</p>			



2 – RESULTADOS SOCIAIS

2.2- Valorização do sucesso dos alunos

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
<p>Incentivar e apoiar a concretização de atividades concebidas pelos alunos em contexto escolar e na comunidade.</p> <p>Promover relações com a comunidade envolvente, possibilitando a realização de acontecimentos especiais (exposições, conferências, eventos desportivos) fora da escola.</p>	<p>Divulgar a excelência no âmbito dos trabalhos, eventos e resultados de relevo dos alunos.</p>	<p>Publicar e divulgar os trabalhos realizados nas diferentes atividades /práticas escolares junto dos EE e da comunidade em geral, utilizando os meios de comunicação considerados adequados e nas páginas do Agrupamento.</p> <p>Dar oportunidade aos alunos de autoavaliar o seu trabalho, demonstrar autocritica e participar de forma ativa em atividades do seu interesse.</p>	<p>Número de projetos das turmas com expressão fora da sala de aula, mas dentro da escola e que tenham tido algum impacto.</p> <p>Número de projetos de CD das turmas com expressão fora da escola.</p> <p>Número de atividades do PA com intervenção e impacto na comunidade</p> <p>Nível de participação e grau de satisfação dos envolvidos nas atividades</p>



3 – ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO

3.1 - A escola, a comunidade envolvente e os Encarregados de Educação

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
Promover o envolvimento e comprometimento da família no diagnóstico e na resolução de problemas que afetam os seus educandos;	Dinamizar ações de sensibilização sociais, culturais e recreativas junto da comunidade;	Colaborar em Projetos / parcerias e iniciativas / atividades promovidas pela comunidade pelo menos 3 vezes por ano letivo.	Número de iniciativas / atividades realizadas na comunidade apoiadas pela escola;
Fomentar o envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar do seu educando;	Divulgação do trabalho escolar junto dos Encarregados de Educação e da comunidade através das páginas do Agrupamento e de outros meios escolares e locais de divulgação;	Ações de sensibilização para Pais / Encarregados de Educação dinamizadas pelos Serviços Especializados em articulação com os Educadores / professores titulares de Turma / Diretores de Turma;	Número de protocolos / parcerias estabelecidas com o Município e outras instituições locais;
Apoiar projetos/ iniciativas de relevo desenvolvidos pelo Município;	Sensibilizar os Pais e Encarregados de Educação para a importância da escola e do acompanhamento dos seus educandos ao longo do seu percurso escolar através de ações concertadas e orientadas para temas essenciais da vida das crianças e jovens.	Atingir uma participação dos pais e EE nas reuniões trimestrais acima dos 80% com a educadora, o professor titular de turma ou com Diretor de Turma	Número de ações de sensibilização dirigidas aos Pais / EE;
Apoiar a concretização de atividades concebidas pelos pais e encarregados de educação, individualmente ou em associação.			Número de presenças dos EE por período letivo da Educação Pré-escolar ao 3º ciclo.



EIXO II – AÇÃO PEDAGÓGICA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

1.1-Desenvolvimento de Projetos de Autonomia e Flexibilidade Curricular

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
Criar Domínios de Autonomia Curricular (DAC) com base na metodologia de trabalho de projeto, recorrendo a uma organização que permita o trabalho inter e multidisciplinar.	<p>Promover a sequencialidade e a articulação vertical e horizontal de conteúdos e aprendizagens e a articulação curricular entre ciclos e níveis de ensino;</p> <p>Proporcionar a qualidade e a inovação nas práticas pedagógicas;</p> <p>Garantir a eficácia das medidas de promoção do sucesso escolar.</p>	<p>Garantir o cumprimento integral das planificações assegurando a implementação das aprendizagens essenciais;</p> <p>Aumentar os momentos de autorregulação/autoavaliação por parte dos alunos, em contexto curricular (conhecimentos) e contexto do desenvolvimento de atividades do PA (participação / participação ativa e impactos nas aprendizagens);</p> <p>Aumentar em 50% o trabalho colaborativo entre os docentes numa lógica de partilha e de implementação de práticas pedagógicas inovadoras;</p> <p>Contemplar atividades práticas / experimentais nas planificações de pelo menos 80% das disciplinas / áreas curriculares Pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos;</p> <p>Proporcionar em cada ano letivo, a cada turma do Pré-escolar ao 9º ano, pelo menos, uma atividade de aprendizagem em contexto extraescolar;</p> <p>Grau de concretização de 80% das atividades do PA</p>	<p>Percentagem de projetos assentes na flexibilização e articulação curricular;</p> <p>Número de docentes envolvidos em eventos de partilha de Boas Práticas;</p> <p>Grau de satisfação dos alunos no desenvolvimento das atividades desenvolvidas;</p> <p>Número e qualidade de trabalhos/ DAC, atividades experimentais; atividades em cidadania e desenvolvimento;</p> <p>Número de projetos que utilizem os espaços CAA;</p> <p>Grau e satisfação dos alunos decorrente dos momentos de autoavaliação e autorregulação em contexto curricular e de participação no PAA.</p>
Integrar projetos desenvolvidos na Educação para a Cidadania / Cidadania e Desenvolvimento de forma integrada e articulada no currículo, em cada ano de escolaridade, convocando a participação ativa e a intervenção na comunidade.	Promover práticas de articulação curricular entre ciclos (vertical e horizontal) promotoras de desenvolvimento pedagógico e organizacional.		
Organizar o apoio ao estudo, de forma flexível em disciplinas com mais insucesso com base em metodologias ativas e integradoras.	<p>Proporcionar a todos os alunos medidas/atividades de apoio adequadas às necessidades individuais diagnosticadas;</p> <p>Proporcionar resposta do CAA (Centro de Apoio à Aprendizagem): Serviços Especializados, Biblioteca Escolar, Desporto Escolar, Projetos, UAM, como espaços de práticas e aprendizagens inovadoras</p>		
Assegurar em articulação com o currículo e os projetos escolares, a articulação e o carácter lúdico das atividades de animação e apoio à família/atividades de enriquecimento curricular.	Organizar atividades e critérios de avaliação que valorizem a componente prática / cidadã, científica, desportiva e artística do currículo		



<p>Diversificar as atividades do PA (cívicas, culturais, científicas, artísticas e desportivas).</p>		<p>no âmbito da inovação pedagógica;</p>	
<p>Dinamizar projetos que projetem a Escola como promotora do sucesso educativo dos seus alunos e do bem-estar social / profissional de todos os que nela estudam e trabalham.</p>		<p>Realizar reuniões trimestrais entre ciclos, para reflexão e/ou reformulação de práticas e/ ou atividades colaborativas e articuladas;</p> <p>Realizar anualmente, por ano de escolaridade reuniões de transição de ciclo (Pré-escolar, 4º ano, 6º ano e 9º ano).</p>	



2- PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS, INCLUSIVAS E PROMOTORAS DAS COMPETÊNCIAS DIGITAIS

2.1- Diferenciação, diversificação, inclusão e inovação pedagógica

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
Concorrer para a operacionalização do PADDE.	<p>Práticas de Avaliação-utilização de tecnologias para avaliar os alunos, no sentido de dar feedback aos alunos em tempo útil permitindo a reflexão sobre a sua própria aprendizagem;</p> <p>Utilização dos recursos digitais no apoio às aprendizagens;</p> <p>Utilização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão com a finalidade de adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e garantir as condições da sua realização plena na promoção da equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo.</p>	<p>Concretização das medidas do PADDE em 85%;</p> <p>Concretização de pelo menos 50% das atividades desenvolvidas em educação para a Cidadania com impacto na Comunidade;</p> <p>Utilização das tecnologias para avaliação das aprendizagens dos alunos;</p> <p>Nº de novos projetos criados no âmbito do PADDE;</p> <p>50 % das atividades de apoio à aprendizagem pedagógicas com utilização de práticas inovadoras / inclusivas no processo de ensino-aprendizagem;</p> <p>Número de projetos curriculares em articulação e colaboração com a ECCE;</p> <p>Avaliação do impacto das atividades resultantes da implementação da EECE;</p> <p>50 % das atividades realizadas em contexto curricular (turma) com recurso à biblioteca escolar, salas TIC e de apoio à multideficiência (partilha / articulação / colaboração).</p>	<p>Número de docentes que avaliam os alunos utilizando as tecnologias proporcionando um feedback contínuo;</p> <p>Grau de eficácia dos planos de acompanhamento pedagógico;</p> <p>Grau de cumprimento das orientações curriculares no Pré-Escolar / cumprimento das aprendizagens essenciais.</p> <p>Número de alunos com nível igual ou superior a 3 em todas as áreas e disciplinas curriculares.</p> <p>Número de alunos com nível igual ou superior a 3, às disciplinas que beneficiam de medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão.</p> <p>Nível de frequência dos alunos indicados para apoios individuais à aprendizagem.</p> <p>Grau de eficácia dos planos de apoio à aprendizagem e à inclusão.</p>
Fomentar a qualidade nas práticas pedagógicas.			
Potenciar a resposta do CAA espaços de práticas e aprendizagens inovadoras.			
Proporcionar a todos os alunos medidas/atividades de apoio adequadas às necessidades individuais diagnosticadas.			
Concorrer para a implementação da EECE, (cidadania ativa na comunidade).			
Garantir a eficácia das medidas de promoção do sucesso escolar.			



3- MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

3.1- Monitorização/ acompanhamento e avaliação das aprendizagens

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
Assumir a monitorização e certificação das aprendizagens, entendida a avaliação como um instrumento regulador e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas;	Monitorizar e avaliar as formas, critérios e instrumentos de avaliação das aprendizagens pelos órgãos de gestão pedagógica;	Garantir o desenvolvimento das competências definidas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;	Grau de diversificação dos instrumentos de avaliação;
Assumir que a avaliação formativa assegura os processos de formação e que os mesmos se vão adequando às características dos alunos, permitindo a adaptação do ensino às diferenças individuais;	Adequação de estratégias/metodologias e atividades de acordo com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;	Assegurar que os órgãos de gestão pedagógica introduzam nas suas convocatórias espaço para a monitorização e avaliação dos processos avaliativos;	Nº de instrumentos de avaliação formativa disciplina/ área curricular;
Diversificar formas e instrumentos de suporte a uma avaliação equilibrada, coerente e criteriosa;	Reforçar/sistematizar práticas de avaliação formativa de regulação interativa;	Garantir o cumprimento integral das planificações assegurando a implementação das aprendizagens essenciais;	Número de momentos de autoavaliação/autorregulação por parte dos alunos;
Assumir que a avaliação formativa seja compreendida pelo aluno nas suas diferentes dimensões de forma a permitir a regulação da sua aprendizagem;	Avaliar e ajustar procedimentos da avaliação atempadamente, para o ano letivo seguinte.	Aumentar os momentos de autorregulação/autoavaliação por parte dos alunos;	Grau de satisfação dos alunos relativamente ao feedback da sua avaliação;
Uniformizar a aplicação dos critérios de avaliação, salvaguardando as especificidades de cada disciplina/área disciplinar;		Atingir um índice de satisfação igual ou superior a 75% (Bom).	Grau de satisfação dos EE relativamente à divulgação dos critérios de avaliação.
Assegurar a divulgação e o conhecimento do processo avaliativo dos alunos junto dos alunos e pais/EE.			



EIXO III – LIDERANÇA E GESTÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. LIDERANÇA

1.1. Desenvolvimento de Projetos de Autonomia e Flexibilidade Curricular

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
<p>Aprofundar as relações do Agrupamento com a comunidade;</p> <p>Acompanhar o funcionamento de todas as escolas do Agrupamento e atender às diferentes solicitações da comunidade educativa.</p>	<p>Estabelecer parcerias alargadas com elementos da comunidade e reforçar as já existentes;</p> <p>Efetivar encontros entre os diversos órgãos que permitam monitorizar e redefinir objetivos de cada estrutura, promovendo boas práticas.</p>	<p>Atingir um índice de satisfação igual ou superior a 75% (Bom);</p> <p>Melhorar o grau de envolvimento e do conhecimento de práticas inovadoras, dos seus instrumentos, das suas estratégias, da sua monitorização, avaliação e de melhoria;</p>	<p>Grau de satisfação dos intervenientes;</p> <p>Impacto da ação na aprendizagem dos alunos;</p> <p>Número de projetos em ação na escola;</p> <p>nº de reuniões (sessões)/nº de participantes, para a discussão/ elaboração/ reformulação dos documentos;</p>
<p>Promover a existência de uma escola ecológica</p>	<p>Utilizar no dia a dia escolar ações / atividades / formas de uso que favoreçam, sensibilizem e mostrem uma escola preocupada com as questões ambientais sustentáveis e modos de vida ecologicamente responsável.</p>	<p>Garantir anualmente a implementação do processo de autoavaliação do AEA;</p> <p>Aumentar as boas práticas e a qualidade do serviço prestado;</p> <p>Diminuir os pontos fracos identificados na avaliação;</p>	<p>Valorização da avaliação interna e externa para monitorização dos resultados do AEA</p>
<p>Estabelecer planos de parcerias promotoras: da inclusão, da intervenção social e para a organização de aprendizagens em contexto de trabalho (PIT).</p>	<p>Promover a elaboração de projetos que promovam o respeito pela inclusão, diversidade cultural, étnica e religiosa, a partilha, solidariedade e curiosidade científica, artística e desportiva.</p>	<p>Consolidar os pontos fortes decorrentes da avaliação.</p>	
<p>Promover a criação de projetos inovadores.</p>			
<p>Fomentar o espírito criativo, crítico, artístico, científico e desportivo.</p>	<p>Divulgar e implementar projetos inovadores de âmbito nacional e internacional.</p>		



1- LIDERANÇA

1.2 - Valorização da comunidade educativa / Formação

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
<p>Acompanhamento e supervisão de boas práticas como forma de desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente;</p> <p>Consolidar o processo de autoavaliação do Agrupamento, desenvolvendo e implementando mecanismos de autorregulação tendentes à sua melhoria;</p> <p>Assegurar formação acreditada e/ou interna aos docentes em áreas identificadas para a melhoria do processo de ensino aprendizagem;</p> <p>Assegurar formação ao pessoal não docente em áreas consideradas pertinentes para as funções que desempenham;</p> <p>Assegurar sessões de formação orientadas para alunos e EE.</p>	<p>Aplicar, anualmente, no âmbito do OQE, inquéritos à comunidade educativa para aferir o seu grau de satisfação e contribuir para a implementação de medidas de melhoria;</p> <p>Monitorizar o grau de satisfação da comunidade educativa nos serviços prestados pelo AEA;</p> <p>Estabelecer o Plano de Formação do AEA;</p> <p>Assegurar as ações necessárias ao apoio e desenvolvimento profissional (articulação com o CFAE Margua);</p> <p>Articular com o Município a formação do Pessoal Não Docente na identificação das necessidades de formação do Pessoal Não Docente;</p> <p>Estabelecer parcerias e solicitar aos serviços especializados ações para os alunos e EE, que cumpram os objetivos definidos neste PE, nos projetos em desenvolvimento curricular, nas necessidades detetadas e na promoção de um bom ambiente escolar;</p> <p>Realizar/apoiar sessões de formação em áreas relevantes de desenvolvimento e capacitação digital dos alunos.</p>	<p>Realizar, pelo menos, três iniciativas anuais para alunos / Encarregados de educação;</p> <p>Efetivar ações que permitam a capacitação digital dos alunos em articulação com a disciplina curricular de TIC;</p> <p>Análise dos resultados da autoavaliação e a sua utilização na construção do plano de melhoria para o ano seguinte.</p>	<p>Nº de palestras/sessões ações realizadas, no domínio de práticas pedagógicas;</p> <p>% de docentes que frequentam ações no âmbito de práticas pedagógicas específicas e / áreas indicadas no plano de formação do AEA;</p> <p>% de não docentes que frequentam ações no âmbito das áreas identificadas pelo AEA;</p> <p>Nº de ações e número de participantes realizadas para alunos /EE.</p>



1- LIDERANÇA

1.3. Liderança e comunicação

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
<p>Promover dinâmicas, difundir a informação e mobilizar todos os atores escolares em torno de um Projeto Educativo capaz de promover a negociação de interesses, procura de consensos e partilha de experiências na base do trabalho de equipa;</p> <p>Desenvolver o espírito de equipa, de responsabilidade e assunção dos riscos inerentes à aventura da inovação educativa, o sentido crítico para uma avaliação cuidadosa das ações e se necessário da sua reformulação.</p>	<p>Diversificar e otimizar os circuitos de comunicação interna e externa tornando a informação no AEA mais acessível e eficaz;</p> <p>Atualizar a página eletrónica do AEA formalizar a intranet;</p> <p>Edificar no AEA um ambiente sustentado por valores, políticas, recursos e relações interpessoais inclusivos sustentado no trabalho colaborativo e participativo.</p>	<p>Participar e promover em projetos/atividades relacionados com o bem-estar e qualidade de vida;</p> <p>Atingir um índice de satisfação igual ou superior a 75% (Bom);</p> <p>Dar visibilidade ao trabalho realizado no AEA através de uma melhor atratividade e funcionalidade da página WEB e redes sociais.</p>	<p>Grau de satisfação da comunidade escolar e educativa relativamente aos circuitos de comunicação;</p> <p>Melhorar a divulgação da informação;</p> <p>Número de acessos à página do AEA.</p>



2. GESTÃO

2.1. Gestão dos recursos e comunicação

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
<p>Privilegiar a harmonização da distribuição de recursos humanos / materiais e financeiros do Agrupamento;</p> <p>Apoio financeiro nas atividades pedagógicas previstas nas atividades práticas e no Plano anual de atividades;</p> <p>Aquisição de equipamentos pedagógicos e materiais necessários à melhoria da qualidade das aprendizagens;</p> <p>Investimento no desenvolvimento de projetos pedagógicos inscritos nos planos do AEA;</p> <p>Investimento na melhoria das infraestruturas de comunicação interna e externa.</p>	<p>Promover o recurso às tecnologias de informação e comunicação;</p> <p>Elaborar distribuição de serviço de forma equilibrada de acordo com os RH /RF /RM existentes;</p> <p>Melhorar continuamente a adaptação dos recursos materiais para conseguir uma maior proficiência digital e qualidade do trabalho desenvolvido no Agrupamento;</p> <p>Proceder a uma gestão integrada dos recursos, numa perspetiva de satisfação profissional com impactos significativos, no apoio aos alunos e na dinâmica organizacional.</p>	<p>Garantir o funcionamento dos serviços sem constrangimentos graves, em 80% das situações;</p> <p>Consolidar as lógicas de partilha de informação entre equipas;</p> <p>Consolidar o mapeamento de processos e elaboração de procedimentos estruturados;</p> <p>Melhorar a eficácia dos procedimentos na comunicação interna e / ou externa;</p> <p>Concretização da totalidade de projetos inscritos no PA.</p>	<p>Grau de perceção/ satisfação da comunidade escolar e educativa nas atividades práticas e no desenvolvimento das atividades do PA;</p> <p>Grau de satisfação dos docentes na utilização dos meios informáticos e na qualidade dos equipamentos para utilização da prática pedagógica e na comunicação interna e externa;</p> <p>Concretização de pelo menos 50% dos projetos pedagógicos inscritos numa matriz colaborativa e de partilha.</p>



3- GESTÃO

3.1-Monitorização/ acompanhamento e aferição interna

Objetivos	Estratégias	Metas	Indicadores
<p>Manter um modelo partilhado de autoavaliação numa perspetiva de sustentabilidade, ancorando nele os processos de ação de melhoria que se perspetivarem;</p> <p>Definir uma Equipa de Observatório da Escola que garanta a representatividade dos diferentes ciclos.</p> <p>Estabelecer o impacto das ações implementadas.</p>	<p>Planificar ações de melhoria, em cada ano letivo, entre os pontos fracos diagnosticados no Relatório de Autoavaliação;</p> <p>Envolver as estruturas pedagógicas na delineação e aplicação de planos de ação de melhoria;</p> <p>Implementar procedimentos conducentes à certificação baseada num modelo de garantia de qualidade.</p>	<p>Diminuir os pontos fracos identificados na avaliação;</p> <p>Consolidar os pontos fortes decorrentes da avaliação interna / externa.</p>	<p>% de ações previstas no PM realizadas;</p> <p>Grau de eficácia das ações realizadas no PM;</p> <p>Grau de satisfação da comunidade relativamente à concretização do PM.</p>



8- Critérios de Avaliação

Os Critérios Gerais de Avaliação, inscritos no presente documento, englobam os vários níveis de ensino que fazem parte do Agrupamento de Escolas de Alandroal a Educação Pré-Escolar e o Ensino Básico incidindo sobre as aprendizagens desenvolvidas pelos/as alunos/as e tendo por referência as Aprendizagens Essenciais que constituem orientação curricular base, com especial enfoque nas áreas de competências do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A avaliação das aprendizagens dos/as alunos/as crianças e jovens do AEA insere-se, assim, numa perspetiva de avaliação contínua e tem em conta o desenvolvimento integral do aluno, orientando-se pelos seguintes princípios:

1. promoção da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem assente numa abordagem multinível e no carácter formativo da avaliação, de modo que todos os/as alunos/as consigam adquirir os conhecimentos e desenvolver as competências, atitudes e valores previstos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória;
2. garantia de uma escola inclusiva, que promove a igualdade e a não discriminação, cuja diversidade, flexibilidade, inovação e personalização respondem à heterogeneidade dos/as alunos/as, eliminando obstáculos e estereótipos no acesso ao currículo e às aprendizagens;
3. valorização do planeamento, gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo, designadamente através do desenvolvimento de projetos que aglutinem aprendizagens das diferentes disciplinas, planeados, realizados e avaliados pelo conjunto dos/as professores/as do conselho de turma ou do ano de escolaridade;
4. valorização dos percursos e progressos realizados por cada aluno como condição para o sucesso e concretização das suas potencialidades máximas;
5. valorização da língua e da cultura portuguesas/conhecimento e valorização da aprendizagem de outras línguas e culturas;
6. promoção da educação para a cidadania e do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social, assim como do desenvolvimento das competências digitais ao longo de toda a escolaridade obrigatória;
7. valorizar, na avaliação das aprendizagens do aluno, o trabalho de livre iniciativa, incentivando a intervenção positiva no meio escolar e na comunidade.



A Educação Pré-Escolar tem especificidades às quais não se adequam todas as práticas e formas avaliativas utilizadas noutros níveis de ensino. Nos termos das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE) (homologadas pelo Despacho n.º 9180/2016, de 19 de julho), considerando que cada criança é única, tem os seus saberes e formas próprias de aprender, a avaliação da aprendizagem das crianças incide não só na evolução do grupo, mas também nos progressos de cada uma, sabendo que esses progressos não são lineares, nem idênticos em todas as crianças. Uma perspetiva de avaliação formativa centrada no desenvolvimento do processo e nos progressos da aprendizagem de cada criança não se enquadra em abordagens de avaliação normativa, em que essa aprendizagem é situada face a normas ou padrões previamente estabelecidos. Assim, nesta perspetiva, não tem sentido situar o nível de desenvolvimento da criança ou em que medida foram atingidos objetivos ou metas de aprendizagem previamente definidos. A definição de objetivos desejáveis ou esperáveis será, eventualmente, utilizada como uma referência para situar e descrever os progressos da aprendizagem de cada criança, ou, ainda, para alertar o/a educador/a da necessidade de reformular a sua intervenção, de modo a incentivar os progressos de todas e cada uma das crianças.

Educação Pré-Escolar	
Avaliação diagnóstica	A avaliação diagnóstica será realizada no início do ano letivo e / ou sempre que seja necessário para aferir procedimentos e tem como objetivo a elaboração, a adequação e a reformulação do Plano de Grupo, assim como a adoção de medidas e estratégias de diferenciação pedagógica.
Avaliação formativa	A avaliação do progresso de cada criança, situada no contexto e processo em que se desenvolveu, utiliza abordagens descritivas ou narrativas, que documentam a evolução desse progresso e constituem o meio fundamental da avaliação. (Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar): <ul style="list-style-type: none"> ▪ é um processo contínuo e interpretativo que se interessa mais pelos processos do que pelos resultados; ▪ procura tornar a criança protagonista da sua aprendizagem, de modo que vá tomando consciência do que é capaz de fazer, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassar.
Instrumentos de avaliação	Instrumentos que permitam à criança participar no planeamento e avaliação da sua aprendizagem, rever o processo e tomar consciência dos seus progressos: <ul style="list-style-type: none"> ▪ observação e registo de contextos funcionais das crianças; ▪ registo de aprendizagens das crianças; ▪ entrevistas; ▪ registo de ocorrências significativas; ▪ observação e registo dos trabalhos individuais e de grupo; ▪ observação e registo da participação das crianças em situações específicas de aprendizagem; ▪ autoavaliação: registos periódicos realizados através das opiniões das crianças.
Responsáveis pelo processo avaliativo	A Avaliação é da responsabilidade do/a educador/a titular de grupo, competindo-lhe definir uma metodologia de avaliação de acordo com as conceções e opções pedagógicas, capaz de integrar de forma articulada os conteúdos das diferentes áreas das Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. Intervêm ainda no processo de avaliação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ as crianças; ▪ a equipa (outros/as docentes, assistentes técnicos/operacionais, outros técnicos ou agentes educativos) com responsabilidades na educação da criança ▪ o Conselho de docentes
Condições para o sucesso / indicadores do sucesso	1. as que implicam as aquisições indispensáveis para a sua formação pessoal e social 2. as que implicam desenvolvimento na expressão e comunicação; 3. as que implicam aquisições a nível do conhecimento do mundo.



No Ensino Básico o processo avaliativo assume caráter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, e fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes, informação sobre o desenvolvimento do trabalho, a qualidade das aprendizagens realizadas e os percursos para a sua melhoria.

Os critérios específicos de avaliação de cada disciplina devem estar em conformidade com os Critérios Gerais de Avaliação e ser divulgados aos/às alunos/as e Encarregados de Educação no início de cada ano letivo. Para a elaboração/reformulação dos critérios de avaliação específicos, os departamentos deverão ter em conta as seguintes orientações:

Ensino Básico	
Avaliação formativa	<p>Avaliação sistemática, simultaneamente formativa e diagnóstica, que permite saber do progresso dos alunos/as situado nos contextos e nos processos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ é um processo contínuo e interpretativo que se interessa mais pelos processos do que pelos resultados; ▪ procura tornar o aluno protagonista da sua aprendizagem, de modo que vá tomando consciência do que é capaz de fazer, das dificuldades que vai tendo e como as vai ultrapassar; ▪ adequa e reformula o plano de trabalho assim como a adoção de medidas e estratégias de diferenciação pedagógica.
Instrumentos de avaliação	<p>1. diversificação de técnicas e instrumentos de avaliação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ fichas de avaliação; ▪ questões de aula; ▪ relatórios de atividade prática; ▪ trabalhos de casa; ▪ registos de participação (oral e escrita) nas atividades letivas em geral; ▪ grelhas de observação; ▪ listas de verificação; ▪ portefólios; ▪ trabalhos de projeto/pesquisa; ▪ fichas de auto e heteroavaliação; ▪ diário de aprendizagem ▪ participação em fóruns (discussão de grupo) ▪ discussão de pares / grupo ▪ questionários ▪ outros aprovados em CP de acordo com os critérios específicos definidos em cada disciplina.
Responsáveis pelo processo avaliativo	<p>1. diversificação dos intervenientes, assumindo particular responsabilidade neste processo o/a professor/a titular de turma, no 1.º ciclo, e os/as professores/as que integram o conselho de turma nos 2º e 3º ciclos, sem prejuízo da intervenção, fundamentada, dos/as alunos/as e dos/as encarregados/as de educação;</p> <p>2.ª equipa (outros/as docentes, assistentes técnicos/operacionais, outros técnicos ou agentes educativos) com responsabilidades na educação da criança.</p>
Condições para o sucesso / indicadores do sucesso	<p>1. transparência do processo de avaliação, nomeadamente através da explicitação e divulgação dos critérios adotados; 2. valorização da informação sistemática a prestar ao aluno sobre o seu desempenho, com vista à melhoria das aprendizagens; 3. monitorização e certificação das aprendizagens, entendida a avaliação como um instrumento regulador e certificador dos conhecimentos adquiridos e capacidades desenvolvidas; 4. as que implicam determinadas aquisições indispensáveis para a aprendizagem formal da leitura, escrita e matemática; 5. as que se relacionam com cidadania e competências digitais.</p>



DEFINIÇÃO DOS CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

Na sua operacionalização serão definidos: os conhecimentos, capacidades e atitudes; ações estratégicas de ensino orientadas para o perfil dos alunos de acordo com os descritores do perfil dos alunos PASEO.

Áreas Específicas do currículo

Conhecimentos e capacidades – 70%

Áreas de Competências PASEO	CrITÉrios a Considerar	Domínios das aprendizagens essenciais Operacionalização
Linguagens e textos	Utiliza vocabulário e linguagem adequados às diferentes intencionalidades comunicativas (oral e escrita) nas diferentes áreas / disciplinas curriculares tendo em conta os contextos de aprendizagem; Lê, compreende, interpreta e opina sobre os aspetos essenciais de enunciados das diferentes literacias associadas: Leitura e escrita, científica, tecnológica e digital ...; Redige textos diversos com coerência, completos, claros, com vocabulário adequado, que deixem claras as ideias a serem transmitidas com correção do ponto de vista da gramática.	Definir em cada área / disciplina curricular / domínios do que os alunos devem saber salientando os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, (articulados concetualmente, relevantes e significativos), os processos cognitivos que devem ativar para adquirir esse conhecimento (operações/ações necessárias para aprender) o saber fazer a ele associado (mostrar que aprendeu), numa dada disciplina - na sua especificidade e na articulação horizontal entre os conhecimentos de várias disciplinas - num dado ano de escolaridade - integrados no ciclo respetivo e olhados na sua continuidade e articulação vertical;
Informação e comunicação	Seleciona informação relevante em enunciados orais e escritos; Pesquisa a informação pretendida em diferentes instrumentos, certificando-se da sua credibilidade e tendo em conta: os Guiões dos Professores, as necessidades de aprendizagem o aperfeiçoamento de conhecimentos; Transforma a informação em conhecimento; Mobiliza a informação de acordo com os objetivos.	Cabe a cada conselho de docentes / departamento curricular definir os momentos de avaliação sumativa e da sua importância no processo avaliação pedagógica;
Raciocínio e resolução de problemas	Discute/opina com base em pontos de vista; Interpreta corretamente a informação, deduz e faz e transpõe para distintos contextos; Exprime opiniões e fundamenta-as; Mobiliza e aplica conhecimentos	A aquisição, compreensão e mobilização dos conteúdos específicos das diferentes disciplinas terão como referência as aprendizagens essenciais.
Pensamento crítico e pensamento criativo	Discute/opina com base em pontos de vista; Interpreta corretamente a informação; Exprime opiniões e fundamenta-as; Mobiliza e aplica conhecimentos; Reflete sobre o seu próprio desempenho em cada área / disciplina curricular como forma de identificar e corrigir erros, estabelecendo o seu próprio processo de melhoria.	
Conhecimento técnico e tecnológico / digital	Conhece as regras específicas de cada área / disciplina curricular e aplica conhecimentos em novas situações construindo textos e estabelecendo deduções lógicas e aplicando nos diferentes contextos.	



Áreas Transversais ao currículo

Atitudes e valores – 30%

Áreas de Competências PASEO	Critérios a Considerar	Domínio das aprendizagens essenciais Operacionalização
Relacionamento Interpessoal	Colabora com interesse, empenho e iniciativa; Participa de forma organizada; Respeita os outros; Respeita as regras estabelecidas.	No domínio das atitudes e valores considera-se a abrangência e a transversalidade das áreas de competência definidas. O desenvolvimento destas competências é observado nos parâmetros: interação entre pares e com o professor, interação com o ambiente escolar e na comunidade, participação e cumprimento das tarefas e regras, consciência e responsabilidade ambiental e social.
Desenvolvimento pessoal e autonomia	Cumprir tarefas e prazos; É assíduo e pontual; Traz os materiais necessários; É responsável; É autónomo; Autorregula conhecimentos e atitudes.	
Sensibilidade estética e artística	Expressa reações de modo criativo; Lê com entoação adequada e dramatizada; Valoriza, mobiliza e aplica os conhecimentos artísticos, estéticos e culturais a diferentes situações.	
Bem-estar saúde e ambiente	Mobiliza e aplica conhecimentos relativos à saúde, bem-estar, ambiente, sociedade e sustentabilidade a diferentes situações de aprendizagem.	
Consciência e domínio do corpo	Demonstra conhecimento de si próprio a nível emocional, cognitivo, social e moral, adequando comportamentos e atitudes a diferentes situações de aprendizagem.	



PERÍODOS DE AVALIAÇÃO

Na Educação Pré-escolar, no final de cada período será feita uma avaliação descritiva do desenvolvimento global e das aprendizagens mais significativas de cada criança, realçando o seu percurso, evolução e progressos, que será entregue aos Pais/Encarregados/as de Educação. Os registos de avaliação global das aprendizagens das crianças, entregues aos Pais/Encarregados/as de Educação, fazem parte do Processo Individual do Aluno, que o acompanha para o 1.º Ciclo.

No ensino básico a avaliação dos/as alunos/as no final de cada período, consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas acerca dos conhecimentos edificados e das capacidades e aptidões desenvolvidas pelos/as alunos/as, que se traduz na atribuição de uma classificação. A classificação a atribuir ao aluno, no final de cada período traduzirá a sua progressão, com base no trabalho realizado desde o início do ano letivo. A informação resultante da avaliação:

1. Incide, no 1.º ciclo do Ensino Básico, sobre as diferentes disciplinas, exprimindo-se de forma descritiva e adotando menções qualitativas - Insuficiente, Suficiente, Bom e Muito Bom.
2. Conduz, nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico, à atribuição de uma classificação, numa escala de 1 a 5, em todas as disciplinas e de uma apreciação descritiva sobre a evolução das aprendizagens do aluno.

Conforme determinam os normativos, a decisão final da classificação a atribuir em cada disciplina, no 1.º ciclo, é da responsabilidade do/a professor/a titular de turma, sob parecer do Conselho de Docentes, reunido, para o efeito, no final de cada período; nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico é da competência do Conselho de Turma.

Tanto na Educação Pré-Escolar como no Ensino Básico a avaliação das crianças / jovens abrangidos pelas medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão terá como base os elementos referenciais inscritos no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.



PROCEDIMENTOS DE UNIFORMIZAÇÃO

No Ensino Básico utiliza-se a seguinte nomenclatura na avaliação, na aplicação de um conjunto de instrumentos de avaliação, que lhe irá permitir dispor de elementos objetivos para fundamentar a avaliação do final de cada período.

NOMENCLATURA DA CLASSIFICAÇÃO DOS DIFERENTES INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Classificação percentual	Menção qualitativa (1º, 2º e 3º ciclos)	Menção quantitativa (Níveis – 2º e 3º ciclos)
0% - 20 %	Insuficiente	1
20% - 49%	Insuficiente	2
50% - 69%	Suficiente	3
70% - 89%	Bom	4
90% - 100%	Muito Bom	5

A proposta final, apresentada por cada docente, para um determinado aluno, no final de cada período, é o resultado de um processo avaliativo contínuo e sistemático, de natureza globalizante, que respeita os critérios de avaliação. Trata-se de um processo complexo, transparente e objetivo, mas que também deve ter em consideração razões que importam analisar, tais como:

- ❖ O percurso e a evolução de cada aluno ao longo do ano letivo;
- ❖ O ritmo individual de aprendizagem;
- ❖ A idade;
- ❖ O número de repetências;
- ❖ As consequências da decisão da retenção / progressão no futuro da vida escolar e individual do aluno;
- ❖ As condicionantes que envolveram o trabalho ao longo do ano letivo e as situações excecionais de alguns alunos, determinantes para o seu desenvolvimento quer no processo de aprendizagem quer no seu percurso pessoal.



DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios gerais e específicos de cada disciplina / ano são publicados na página do Agrupamento. O Diretor de Turma dá a conhecer aos EE e aos alunos os critérios gerais de avaliação e informa onde os critérios podem ser consultados.

A divulgação é feita no início de cada ano letivo.

9-DIVULGAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO E DA ORGANIZAÇÃO

A divulgação do Projeto Educativo realiza-se através dos diferentes órgãos e estruturas de orientação e coordenação educativa e através da sua publicação na página eletrónica do Agrupamento.

A avaliação é requisito de qualquer projeto e exige a intervenção de toda a comunidade educativa. Requer também a elaboração de dispositivos concordantes com os objetivos e metas nele formulados e o planeamento de um conjunto de procedimentos bem definidos. Estes procedimentos e dispositivos deverão ser capazes de fornecer, em tempo útil, a informação necessária a uma avaliação objetiva do projeto, tanto ao nível dos seus processos como dos seus resultados, com vista à sua eventual reformulação.

No caso do PEA, que se assume como uma declaração de intenções, princípios e valores que orientam a ação educativa no sentido do cumprimento da missão da escola, a avaliação tem por objeto o conjunto dos processos educativos e organizacionais e os respetivos resultados. Utilizando indicadores qualitativos e quantitativos, a avaliação trienal do Projeto Educativo aprecia o grau de adequação do conjunto dos projetos e planos que o operacionalizam, em função da evolução desses mesmos indicadores, ao longo do triénio.

São objeto de avaliação:

- ❖ Os Planos de Trabalho – avaliados através da análise qualitativa do seu conteúdo, ou seja, das estratégias encontradas para responder às necessidades identificadas em cada grupo turma, em conformidade /correspondência com o definido no PCA. A análise os resultados obtidos pelos alunos de cada grupo /turma nos diferentes critérios de desempenho escolar (progressão escolar; absentismo; indisciplina; abandono; resultados a Língua Portuguesa e Matemática tanto na avaliação interna, como na externa e grau de aproximação/ disparidade entre estas duas avaliações); O Plano Anual de Atividades – incidindo sobre o grau de concretização das atividades e do grau de satisfação dos seus participantes. A avaliação das atividades do PAA é realizada pelos respetivos dinamizadores e comunicada, através de um relatório sucinto, aos coordenadores de departamento que remetem um relatório global ao Conselho Pedagógico;



- ❖ O Plano de Formação do Pessoal Docente e Não Docente – em função de indicadores de eficiência, a avaliação é realizada pelos coordenadores de departamento e chefes de serviços que remetem um relatório ao Conselho Pedagógico;
- ❖ A Autoavaliação do Agrupamento – em função de indicadores previamente definidos por uma equipa representativa de toda a comunidade educativa, centra-se nos graus de satisfação que os diferentes elementos da comunidade educativa têm relativamente ao funcionamento e serviços prestados pelo Agrupamento;
- ❖ A equipa de autoavaliação do Agrupamento elabora um relatório anual que faz a síntese do conjunto de avaliações dos vários instrumentos que operacionalizam o PEA e das conclusões resultantes do processo de autoavaliação, justificando eventuais desvios relativamente às metas definidas no PEA. Este relatório deverá conter recomendações que deverão assistir à reformulação dos principais documentos orientadores e de operacionalização do PEA, no sentido de reorientar as práticas institucionais, pedagógicas e organizacionais. Esta síntese conclusiva é apresentada e discutida em Conselho Pedagógico e remetida ao Conselho Geral;
- ❖ A avaliação externa, da competência do Ministério da Educação e Ciência, valida ou invalida as práticas de autoavaliação desenvolvidas e os resultados de toda a avaliação realizada pelo Agrupamento.

O Projeto Educativo será avaliado numa perspetiva de melhoria da qualidade do Ensino e do grau de satisfação dos intervenientes, constituindo-se a **ESCOLA, uma porta aberta para o futuro**.

Legislação e documentos normativos de referência

Despacho n.º 6605-A/2021, de 6 de julho – Define os referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa.

Decreto – Lei n.º 55/ 2018, de 6 de julho – Estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

Decreto – Lei n.º 54 / 2018, de 6 de julho - Estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

Declaração de Retificação n.º 29-A/2018, de 4 de setembro - Retifica o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, da Educação, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 129, de 6 de julho de 2018.

Portaria n.º 223 – A / 2018, de 3 de agosto - Regulamenta o decreto-lei n.º 55/2018 quanto às ofertas educativas do ensino básico, designadamente o ensino básico geral e os cursos artísticos especializados. Em concreto, materializa a execução dos princípios consagrados no decreto-lei, definindo as regras e procedimentos inerentes à conceção e operacionalização do currículo daquelas ofertas educativas, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens, tendo em vista o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Despacho normativo n.º 6/2018 - Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação e as normas a observar na distribuição de crianças e alunos

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO) - Definido como um dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa.

As **Aprendizagens Essenciais (AE)** referentes ao Ensino Básico homologadas pelo Despacho n.º 6944-A/2018, de 19 de julho.

A **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)** integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.

O **Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola (PADDE)** é um instrumento estratégico que reúne informações sobre os meios tecnológicos existentes, o grau de competências digitais da comunidade educativa e identifica uma visão e ações estratégicas, orientadas para uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos tecnológicos, a aposta em novos recursos e projetos orientados para a transição digital, e também atividades de capacitação para discentes, trabalhadores e encarregados de educação.

Orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar (2016) - As Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar baseiam-se nos objetivos globais pedagógicos definidos pela Lei-Quadro (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro) e destinam-se a apoiar a construção e gestão do currículo no jardim de infância, da responsabilidade de cada educador/a, em colaboração com a equipa educativa do estabelecimento educativo/agrupamento de escolas.



Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro - Estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio.

Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro - Aprova o Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.

Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.



Anexo 1

Patrono da Escola Sede: **Diogo Lopes de Sequeira** – “UM VICE REI DA INDIA, NAVEGADOR ALENTEJANO DO ALANDROAL”

Logotipo:

